Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Centrais Elétricas Carnaubal S.A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Centrais Elétricas Carnaubal S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Carnaubal S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Alessandro Munhoz de Oliveira
Contador CRC PR-049384/O

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.561**	893
Outros ativos		**57**	48
		1.618	941
Não circulante			
Investimentos em projetos	5	**38.411**	27.104
Imobilizado	6	**1.981**	1.651
Depósito Judicial		**1**	1
		40.393	28.756
Total do ativo		**42.011**	29.697
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	**339**	253
Outros passivos		**22**	21
		361	274
Não circulante			
Obrigações para compra de áreas	8	**101**	97
		101	97
Patrimônio líquido	10		
Capital social		**65.202**	56.395
Adiantamento para futuro aumento de capital		**10.279**	6.658
Prejuízos acumulados		**(33.932)**	(33.727)
		41.549	29.326
Total do passivo e patrimônio líquido		**42.011**	29.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida		**-**	-
Custo dos serviços prestados		**-**	-
Lucro bruto		**-**	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	**(328)**	(974)
Outras receitas e despesas operacionais	11	**6**	(17.630)
		(322)	(18.604)
Resultado antes do resultado financeiro		**(322)**	(18.604)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		**118**	67
Despesas financeiras		**(1)**	(2)
	12	**117**	65
Prejuízo do exercício		**(205)**	(18.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(205)**	(18.539)
Total dos resultados abrangentes	**(205)**	(18.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	49.758	5.092	(15.188)	39.662
Aumento de capital social	6.637	-	-	6.637
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.566	-	1.566
Prejuízo do exercício	-	-	(18.539)	(18.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.395	6.658	(33.727)	29.326
Aumento de capital social	**8.807**	**-**	**-**	**8.807**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	**3.621**	**-**	**3.621**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(205)**	**(205)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**65.202**	**10.279**	**(33.932)**	**41.549**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Carnaubal S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(205)**	(18.539)
Reconciliação do prejuízo com o caixa obtido nas operações		
Perda de investimento em Projetos	**-**	17.633
Depreciação	**95**	91
Atualização monetária	**-**	5
Variação de ativos e passivos		
Outros ativos	**(9)**	26
Fornecedores	**86**	170
Outros passivos	**5**	8
Caixa líquido das atividades operacionais	**(28)**	(606)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições em investimentos em projetos	**(11.307)**	(7.802)
Adições de imobilizado	**(425)**	(3)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(11.732)**	(7.805)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	**3.621**	1.566
Aumento de capital	**8.807**	6.637
Caixa líquido das atividades de financiamento	**12.428**	8.203
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**668**	(208)
Caixa e equivalentes no início do período	**893**	1.101
Caixa e equivalentes no final do período	**1.561**	893
Aumento / (redução de caixa e equivalentes de caixa	**668**	(208)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas Carnaubal S.A. (“Companhia” ou “CEC”) foi constituído em 16 de dezembro de 2015 e está localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, totalmente controlada pelo Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura em Energias Renováveis - FIP IEER.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apresentou prejuízo. A CEC está em plena expansão, ampliando seus empreendimentos e realizando investimentos estratégicos. Ao mesmo tempo, a Companhia segue aprimorando a organização e a eficiência operacional de seus novos projetos, garantindo crescimento sustentável e inovação no setor de energia.

O Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura em Energias Renováveis, que detém 100% do capital da Companhia continuará a prover recursos para a continuidade das operações e novos investimentos. Conforme plano de investimento e projeções futuras da administração é esperado que a Companhia recupere os custos nas operações dentro de um horizonte de 5 anos.

Em novembro de 2024 foi realizada uma avaliação abrangente da viabilidade do pipeline da Companhia, com base em critérios técnicos e financeiros, concluiu-se que determinados ativos não estavam mais alinhados com o escopo estratégico. Dessa forma, foi realizada a baixa contábil dos referidos ativos, impactando o resultado daquele exercício.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício, seguindo as mesmas políticas adotadas do exercício anterior.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

2.5. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais, nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando designados ao valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende de sua classificação, sendo o custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, e os ativos a valor justo reconhecidos no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme aplicável.

A Companhia reconhece perdas esperadas de crédito para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, utilizando abordagem simplificada para contas a receber.

2.8. Investimento em projetos

Refere-se a gastos com desenvolvimento de projetos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados desde que comprovado que irão gerar benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os gastos com desenvolvimento de projetos capitalizados durante esta fase são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada a partir do momento em que os respectivos produtos passem a gerar seus benefícios econômicos. Esses ativos são submetidos a teste para análise de perda de seu valor recuperável, visando identificar eventuais indicadores de perda de seu valor recuperável.

2.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.9. **Imobilizado**--Continuação

Torres anemométricas	4%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

2.10. Fornecedores e obrigações para compras de áreas

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Ativo e passivo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.12. Demonstrações de fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.13. Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

<u>IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</u>

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.14. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora as discussões ainda não tenham sido encerradas, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

2.15. **Autorização para emissão das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 30 de março de 2026.

3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	**2024**
Bancos	**1.540**	20
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**18**	870
Aplicações em cotas de fundos de renda fixa	**3**	3
	1.561	893

4. **Caixa e equivalentes de caixa**--Continuação

O saldo refere-se a depósitos bancários à vista realizados na conta corrente da Companhia em banco de primeira linha, assim como aplicações financeiras de liquidez imediata, nas quais não há prazo de vencimento podendo ser resgatado a qualquer momento.

5. Investimentos em projetos

	2025	2024
Investimentos em projetos diversos	**38.411**	27.104
	38.411	27.104

Movimentação dos investimentos em projetos

31 de dezembro de 2023	35.245
Adições	9.492
Baixas	(17.633)
31 de dezembro de 2024	27.104
Adições	**11.307**
Baixas	
31 de dezembro de 2025	**38.411**

Os investimentos em projetos se referem a capitalizações de despesas com desenvolvimento de novos parques eólicos, solar e híbrido. Os gastos são capitalizados desde que comprovem que irão gerar benefícios futuros para a Companhia.

No exercício de 2024 a Companhia efetuou uma avaliação abrangente da viabilização dos projetos em andamento e possíveis expansões, além de novas diretrizes estratégicas. Diante destas decisões, a Companhia realizou a baixa de R$17.633 resultante da descontinuidade e remensuração dos projetos, com base em decisões técnicas e financeiras. Além disso, visando uma melhor apresentação dos valores de acordo com o core, foi adicionado R$1.690 decorrente da reclassificação dos projetos na qual estava classificado como construções em andamento.

6. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Torres anemométricas	Construções em andamento*	Total
Custo ou avaliação:					
Em 31 de dezembro de 2023	3	64	2.170	1.690	3.927
Adições	3	-	-		3
Baixas	-	-	-	(1.690)	(1.690)
Em 31 de dezembro de 2024	6	64	2.170	-	2.240
Adições	**-**	**-**	**425**	**-**	**425**
Em 31 de dezembro de 2025	**6**	**64**	**2.595**	**-**	**2.665**
Depreciação acumulada:					
Em 31 de dezembro de 2023	(3)	(17)	(478)	-	(498)
Depreciação do exercício	-	(12)	(79)	-	(91)
Em 31 de dezembro de 2024	(3)	(29)	(557)	-	(589)
Depreciação do exercício	**-**	**(12)**	**(83)**	**-**	**(95)**
Em 31 de dezembro de 2025	**(3)**	**(41)**	**(640)**	**-**	**(684)**
Em 31 de dezembro de 2024	3	35	1.613	-	1.651
Em 31 de dezembro de 2025	**3**	**23**	**1.955**	**-**	**1.981**

(*) O valor contábil foi reclassificado para o grupo de investimento em projetos.

Visando uma melhor apresentação dos valores de acordo com o core da companhia, foi efetuada a baixa de construções em andamento de R$1.690, reclassificando esse saldo para investimento em projetos.

7. Fornecedores

	2025	2024
Estudos ambientais	**258**	87
Logística	**29**	2
Telecomunicação	**27**	2
Manutenção de torres	**20**	-
Outros	**4**	12
Engenharia	**-**	88
Fundiário	**-**	63
	339	253

Os fornecedores são compostos, majoritariamente, por prestadores de serviços especializados relacionados ao desenvolvimento e à estruturação de projetos. Os saldos são reconhecidos ao custo e liquidados de acordo com as condições contratuais usuais de mercado.

8. Obrigações para compra de áreas

	2025	2024
Aldemar Pereira da Silva	**101**	97
	101	97

As obrigações para compras de áreas se referem a montantes que a Companhia tem a pagar aos antigos proprietários das terras que foram compradas inicialmente pela CEA - Centrais Eólicas Assurua S/A e posteriormente transferidos para a CEC. A Companhia possui a posse dos terrenos, sendo que os vendedores apenas podem utilizar as áreas por natureza de comodato. O montante será pago aos vendedores quando forem finalizados os inventários e feitas as escrituras dos terrenos transferindo o bem para a CEC.

Adicionalmente, o contrato remanescente foi atualizado de acordo com o índice estabelecido em seu contrato perfazendo o montante de R$4 (R$5 em 2024).

Com base no acompanhamento da administração e de seus assessores é esperado a liquidação deste passivo em um período superior a 12 meses, portanto, não se espera liquidar no exercício de 2026.

9. Provisão para Contingências

A Companhia mantém processos cíveis em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é considerada de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R$12, para os quais a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R$65.202 (R$56.395 em 2024), composto por 65.202 lotes de mil ações ordinárias nominativas (56.395 em 2024), sem valor nominal. O quadro de acionistas é conforme segue:

Acionista	Ações ON	R$	% participação
Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura em Energias Renováveis - FIP IEER	65.202	65.202	100%

10. Patrimônio líquido--Continuação

b) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Durante o exercício de 2025 a Companhia recebeu adiantamentos para aumento de capital os quais em 31 de dezembro de 2025 somam R$10.279 (R$6.658 em 2024). O objetivo da Companhia é realizar a conversão desse AFAC ao longo do exercício de 2026 ficando o valor total subscrito e integralizado.

11. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	**(328)**	(974)
Outras receitas e despesas operacionais	**6**	(17.630)
	(322)	(18.604)

A apresentação dos custos e despesas por natureza é como segue:

	2025	2024
Perda de investimento em projetos	**-**	(17.633)
Serviços de terceiros	**(46)**	(769)
Depreciação	**(95)**	(91)
Aluguéis	**(51)**	(56)
Seguros	**-**	(15)
Serviços	**(12)**	(11)
Taxas e impostos	**(81)**	(9)
Material de expediente	**(2)**	(3)
Manutenção edifício e veículos	**(17)**	(9)
Honorários advocatícios	**-**	(1)
Uso e consumo	**(13)**	-
Viagens	**(6)**	(1)
Cursos e treinamentos	**(3)**	-
Outras receitas e despesas	**4**	(6)
	(322)	(18.604)

12. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimentos sobre aplicações	**118**	67
Receitas financeiras	**118**	67
Outras despesas financeiras	**(1)**	(2)
Despesas financeiras	**(1)**	(2)
Resultado financeiro	**117**	65

13. Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia manteve seu regime tributário como lucro real, sendo assim, a movimentação está descrita abaixo:

	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(205)**	(18.539)
Alíquota vigente	**34%**	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(70)**	(6.303)
Efeitos sobre diferenças permanentes:		
Prejuízo fiscal não reconhecido	**70**	6.303
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**-**	-
Corrente	**-**	-
Diferido	**-**	-

Em 31/12/2025, a Companhia acumula prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL no montante de R$33.909. Não foi reconhecido ativo fiscal diferido em razão de ausência de histórico de lucros tributáveis, conforme CPC 32.

14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

i) *Risco de taxa de juros*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	**2024**
Fornecedores	**339**	253

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2025			2024		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado (*)**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado (*)**	**Total**
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	**1.558**	**1.561**	3	890	893
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores		**339**	**339**		253	253

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

15. Seguros

A Companhia adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.